

Id:07383AE3CB277919


 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ - PI
 cmdca-campolargo@outlook.com

**PROVA DE CONHECIMENTOS
 PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR
 CAMPO LARGO DO PIAUÍ**
LEIA COM ATENÇÃO E SIGA RIGOROSAMENTE ESSAS INSTRUÇÕES:

- Só abra este caderno quando autorizado (a).
- Examine se a prova está completa, se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Qualquer reclamação somente será aceita até os 30 minutos iniciais.
- A prova consistirá de 20 questões com cinco alternativas (A, B, C, D e E). Cada questão tem apenas uma resposta. Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa, marcando sua resposta com um "X". Não rasurar nem passar corretivo, sob pena de desclassificação.
- Utilize somente caneta azul ou preta.
- Cada questão vale 0,50 ponto.
- Preencher a prova com seu nome e CPF.
- Não se esqueça de assinar.
- Não se esqueça de assinar.
- Na prova, é vedado o intercâmbio e o empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos. A fraude ou tentativa, a indisciplina, o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos são fatos que desclassificam o candidato.
- Não poderão ser utilizados, durante a prova qualquer outro material de consulta.
- Desligar o celular, relógio digital (Smart watch) e qualquer outro aparelho eletrônico.
- Ao terminar, entregue ao fiscal de sala a PROVA, que é o único documento válido para correção.
- Esta prova terá duração de 4 horas, com início às 8h e término às 12h.
- Coloque os seus dados abaixo:

CPF DO CANDIDATO
NOME
ASSINATURA
DE _____ DE 2023

**ATENÇÃO CANDIDATO! NÃO PREENCHA ESSE CAMPO
 EXCLUSIVO DA COMISSÃO/CMDCA**

PONTUAÇÃO DO CANDIDATO: <input type="text"/>
APLICAÇÃO DA PROVA E CORREÇÃO ACOMPANHADA PELO CMDCA:


 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ - PI
 cmdca-campolargo@outlook.com
1. Assinale a alternativa correta quanto à concordância verbal:

- Entre as mulheres, nenhuma saíram.
- O uso de medidas protetivas diminui o risco de acidentes.
- Fazem cinco anos que concluí meus estudos.
- O uso de medidas protetivas diminuem o risco de acidentes.
- Sobrou alguns docinhos sobre a mesa.

2. Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- O consumo das famílias brasileiras _____.
- A diretora, apesar de todos os pedidos, _____ a escola.
- Nem o menino nem a menina _____ sair de casa.
- Nossa! Já _____ meia noite!

- aumentaram / deixou / pôde / são.
- aumentou / deixou / puderam / é.
- aumentaram / deixaram / pôde / são.
- aumentou / deixaram / pôde / é.
- aumentou / deixou / puderam / são.

3. Leia o texto com atenção:**Recomece**

(Fragmento - Bráulio Bessa)

 Quando a vida bater forte
 e sua alma sangrar,
 quando esse mundo pesado
 lhe ferir, lhe esmagar...

 É hora do recomeço.
 Recomece a LUTAR.

 Quando tudo for escuro
 e nada iluminar,
 quando tudo for incerto
 e você só duvidar...

 É hora do recomeço.
 Recomece a ACREDITAR.

2


 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ - PI
 cmdca-campolargo@outlook.com

 Quando a estrada for longa
 e seu corpo fraquejar,
 quando não houver caminho
 nem um lugar pra chegar...
 É hora do recomeço.
 Recomece a CAMINHAR.

No trecho, "Quando a estrada for longa", a palavra destacada está no gênero feminino, porque concorda CORRETAMENTE com o termo:

- Vida
- Estrada
- Alma
- Hora
- Lugar

4. Na frase "Faltou à escola ontem porque estava resfriada", o trecho em destaque pode ser corretamente substituído, sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original da tira, por

- Ausentei-me da escola.
- Me ausentei na escola.
- Não fiz-me presente na escola.
- Neguei-me de estar na escola.
- Me abstive de comparecer à escola.

5. Assinale a alternativa em que o enunciado atende à norma-padrão quanto à colocação pronominal.

- As redes sociais têm uma faceta ameaçadora, e quem as descreveu para o jornal foi a Nobel da Paz de 2021, jornalista Maria Ressa.
- Nada avaliou-se ainda quanto aos impactos à sociedade decorrentes da veiculação de um turbilhão de falsificações oportunistas nas redes sociais.
- Se disseminam, nos meios digitais, ilegalidades que não se praticavam na mesma extensão e profundidade antes da hegemonia das redes sociais.
- Tem percebido-se, aos poucos, a importância do jornalista para a sociedade, apurando e publicizando fatos objetivamente verificáveis.
- Responsabilizarão-se as redes sociais que, por meio dos seus serviços, cometeram crimes, veiculando informações que contradizem a verdade.

6. Qual das alternativas a seguir melhor descreve o propósito das redes sociais?


 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ - PI
 cmdca-campolargo@outlook.com

- Sites de interação e compartilhamento que fornecem exclusivamente informações sobre notícias e eventos atuais.
- Plataformas que oferecem serviços de mensagens e e-mails.
- Comunidades virtuais baseadas em aplicativos para jogos on-line.
- Comunidades virtuais onde as pessoas podem se conectar, compartilhar conteúdo e interagir umas com as outras.
- Ferramentas para compartilhar informações on-line exclusivamente através de aplicativos móveis.

7. O pacote Microsoft Office disponibiliza aos seus usuários diversos aplicativos, com as mais diversas finalidades. Considerando tal afirmação, é CORRETO afirmar ser um programa com finalidade base de criar apresentações de slides, o Microsoft:

- Word.
- Excel.
- Access.
- PowerPoint.
- OneDrive.

8. A internet e a intranet são tipos de redes de computadores com diferentes alcances e formas de uso. Nesse sentido, é CORRETO afirmar ser alternativa que descreve corretamente a principal característica de internet.

- É uma rede privada de computadores, restrita a uma organização específica.
- É uma rede local de computadores, usada para comunicação interna de uma empresa.
- É uma rede global de computadores, acessível a qualquer pessoa.
- É uma rede de comunicação de dados entre servidores de uma mesma região geográfica.

9. Um arquivo do Microsoft Word 2012 recentemente salvo em um computador não está sendo localizado pelo operador, então ele decidiu abrir o Word novamente para tentar localizá-lo. Onde o operador irá conseguir visualizar este arquivo recém salvo?

- Arquivo - revisão
- Arquivo - exibição - recente
- Arquivo - recente
- impossível localizar arquivos a partir do word
- Nenhuma alternativa é correta

10. Considere as seguintes afirmações:

4

(Continua na próxima página)



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ - PI
cmdca-campolargoipi@outlook.com

I - Microsoft Internet Explorer não é um navegador de internet
II - Mozilla Firefox é um navegador de internet
III - Google Chrome é um software que viabiliza a navegação pela internet

Com relação as afirmações acima, quais estão corretas?

- Somente a II e III estão corretas
- Somente a II está correta
- Nenhuma está correta
- Todas estão corretas
- Somente a I está correta

11. De acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, é CORRETO afirmar que:

- Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre treze e dezoito anos de idade e nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade incompletos.
- Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade e nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
- Considera-se criança a pessoa até quatorze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre quatorze e dezoito anos de idade.
- Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezessete anos de idade incompletos.
- Considera-se criança a pessoa até onze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre onze e dezoito anos de idade e nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte anos de idade.

12. O Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA) é um sistema nacional de registro e tratamento de informações sobre a garantia e defesa dos direitos fundamentais preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No tocante, aos objetivos primordiais desse sistema assinala a alternativa CORRETA:

- Operacionalizar na base a política de atendimento dos direitos, ou seja, possibilitar a mais objetiva e completa leitura possível da queixa ou situação da criança ou adolescente, por parte do Conselho Tutelar; bem como subsidiar as demais instâncias - Conselhos de direitos e autoridades competentes - na formulação e gestão de políticas de atendimento.
- Operacionalizar na base a política de atendimento dos direitos, ou seja, possibilitar a mais objetiva e completa leitura possível da queixa ou situação para culpabilização da criança ou adolescente, por parte do Conselho Tutelar; bem como subsidiar as demais instâncias - Conselhos de direitos e autoridades competentes - na formulação e gestão de políticas de atendimento.
- Operacionalizar na base a política de atendimento dos direitos, ou seja, possibilitar a mais objetiva e completa leitura possível da queixa ou situação para punição da criança ou adolescente,

5



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ - PI
cmdca-campolargoipi@outlook.com

por parte do Conselho Tutelar; bem como subsidiar as demais instâncias - Conselhos de direitos e autoridades competentes - na formulação e gestão de políticas punitivas.

- Operacionalizar na base a política de atendimento dos direitos, ou seja, possibilitar a mais abstrata e complexa leitura da queixa ou situação da criança ou adolescente, por parte do Conselho Tutelar, a fim de burocratizar o atendimento e resolução das demandas; bem como subsidiar as demais instâncias - Conselhos de direitos e autoridades competentes - na formulação e gestão de políticas de atendimento.
- Operacionalizar na base a política de atendimento dos direitos, ou seja, possibilitar a mais abstrata e complexa leitura da queixa ou situação para repressão à criança ou adolescente, por parte do Ministério Público; bem como subsidiar as demais instâncias - Conselhos de direitos e autoridades competentes - na formulação e gestão de políticas repressivas.

13. O sistema de Garantia de direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos para a efetivação dos direitos da criança e adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal. Os órgãos público e as organizações da sociedade civil que integram esse sistema deverão exercer suas funções, em rede, a partir dos seguintes eixos estratégicos de ação:

- Defesa dos direitos humanos;
- Promoção dos direitos humanos;
- Controle da efetivação dos direitos humanos;
- Doutrina da proteção parcial;
- Burocratização de serviços públicos.

Assinale a alternativa CORRETA:

- Apenas I, IV e V estão corretos.
- Apenas I, II e III estão corretos.
- Apenas I, III e V estão corretos.
- Apenas I, II e IV estão corretos.
- Apenas IV e V estão corretos

14. Um aluno de 11 anos, estudante do 6º ano do Ensino Fundamental, tem apresentado frequência irregular à escola. Os colegas contaram que, quando falta, é porque está trabalhando todos os dias, em dois turnos, com seus pais no comércio da família. Em conformidade com a Lei nº 8.069/1990 - ECA, a situação é:

- Regular, pois trata-se de regime familiar de trabalho.
- Regular, pois o filho está aprendendo o ofício da mãe.
- Irregular, pois é proibido qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade.
- Irregular, pois, com 11 anos de idade, ele somente pode atuar na condição de aprendiz.

6



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ - PI
cmdca-campolargoipi@outlook.com

e) Regular, pois é permitido qualquer trabalho a menores de 11 anos de idade.

15. Nos termos da Lei nº 8.069/1990 - ECA, a criança e o adolescente possuem primazia de receber proteção e socorro:

- Somente em casos de acidentes e catástrofes naturais.
- Somente quando desamparados pela família.
- Somente quando sob tutela do Estado.
- Somente quando comprovada a situação de violação de direitos.
- Em quaisquer circunstâncias.

16. O Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA) registra e trata informações sobre a garantia e a defesa dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Por meio desse sistema, é possível produzir conhecimentos específicos sobre as situações concretas de violações aos direitos e sobre as respectivas medidas de proteção. Ainda, é possível sistematizar a demanda dos conselhos tutelares, inclusive por categoria de violação. Com base nesse sistema, assinala a alternativa CORRETA:

- Em sua natureza o SIPIA é um instrumento estratégico centralizado, de interesse público à garantia dos direitos da criança e do adolescente, e o seu acesso é permitido exclusivamente ao conselho tutelar.
- Em sua natureza o SIPIA é um instrumento estratégico descentralizado, de interesse público à garantia dos direitos da criança e do adolescente voltado para conselheiros tutelares, conselheiros de direitos, gestores e técnicos de políticas públicas, atores do sistema de justiça, dentre outros.
- Em sua natureza, o SIPIA é um instrumento estratégico descentralizado, destinado exclusivamente ao registro de dados sobre os direitos da criança e do adolescente.
- Em sua natureza o SIPIA é um instrumento estratégico descentralizado, destinado exclusivamente à capacitação de conselheiros tutelares sobre os direitos da criança e do adolescente.
- Em sua natureza o SIPIA é um instrumento estratégico descentralizado, de interesse público à garantia dos direitos da criança e do adolescente, e o seu acesso é permitido exclusivamente ao juiz da vara da infância e juventude.

17. Conforme a Lei nº 13.431 de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, assinala a alternativa CORRETA:

- Qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presenciado ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência contra criança ou adolescente tem o dever de comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao conselho tutelar ou à autoridade policial.
- Qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presenciado ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência contra criança ou adolescente tem o dever de não

7



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ - PI
cmdca-campolargoipi@outlook.com

comunicar o fato ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao conselho tutelar ou à autoridade policial.

- Somente servidores públicos que tenham conhecimento ou presenciem ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência contra criança ou adolescente tem o dever de comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao conselho tutelar ou à autoridade policial.
- Somente trabalhadores da política de saúde que tenham conhecimento ou presenciem ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência contra criança ou adolescente tem o dever de comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao conselho tutelar ou à autoridade policial.
- Somente trabalhadores da política de assistência social e da educação que tenham conhecimento ou presenciem ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência contra criança ou adolescente tem o dever de comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao conselho tutelar ou à autoridade policial.

18. A proibição do trabalho infantil é fruto de convenções internacionais das quais o Brasil é signatário. Em nosso país é proibido o trabalho para menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz. A lei brasileira considera como aprendizagem "a formação técnico-profissional" que deve obedecer a princípios como:

- Garantia de acesso e frequência obrigatória ao mercado de trabalho, bem como atividade compatível com o desenvolvimento motor do adolescente e horário integral para o exercício das atividades do trabalho.
- Garantia de acesso ao ensino e frequência optativa à escola, bem como atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente e horário especial para o exercício das atividades.
- Estímulo ao acesso e frequência facultativa e não obrigatória ao ensino regular, bem como atividade compatível com a capacidade física do adolescente e horário especial para o exercício das atividades.
- Garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular; bem como atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente e horário especial para o exercício das atividades.
- A não garantia da obrigatoriedade de acesso e frequência ao ensino regular, o estímulo à atividade incompatível com o desenvolvimento do adolescente e horário especial para o exercício das atividades.

19. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 13 de julho de 1990, é o principal instrumento normativo do Brasil sobre os direitos da criança e do adolescente. O ECA incorporou os avanços preconizados na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas e trouxe o caminho para se concretizar o Artigo 227, da Constituição Federal, que determinou direitos e garantias fundamentais a crianças e adolescentes. Considerando o que foi apresentado, assinala a opção CORRETA:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente inovou ao trazer a proteção parcial, na qual crianças e adolescentes são vistos como sujeitos de direitos.
- O Estatuto da Criança e do Adolescente inovou ao trazer a proteção integral, na qual crianças e adolescentes são vistos como sujeitos de direitos.
- O Estatuto da Criança e do Adolescente inovou ao trazer a proteção restrita, na qual crianças e adolescentes são vistos como sujeitos de direitos.

(Continua na próxima página)



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ - PI
 cmdca-campolargopi@outlook.com

- d) O Estatuto da Criança e Adolescente inovou ao trazer a proteção limitada, na qual crianças e adolescentes são vistos como objetos de direitos.
- e) O Estatuto da Criança e Adolescente retrocedeu ao trazer a proteção absoluta, na qual crianças e adolescentes não são vistos como sujeitos de direitos.

20. De acordo com o art. 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Sistema Único de Saúde (SUS) promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos. Diante desse contexto, considerando a maior crise sanitária que o mundo já vivenciou - a pandemia de COVID-19 assinala a alternativa CORRETA, quanto à questão vacinal:

- a) É opção dos pais em não vacinar o filho nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias, mas esses devem ir a unidade básica de saúde com frequência para realizar acompanhamento sistemático de forma a monitorar a saúde da criança e prevenir a infecção de doenças infantis.
- b) Não é obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.
- c) Os pais maiores de 18 (dezoito) anos poderão assinar um termo de responsabilidade junto ao conselho tutelar quando optarem em não vacinar seu filho nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.
- d) É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.
- e) A vacinação de crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias é uma opção garantida pela liberdade democrática dos pais ou responsáveis.

Id:05D4F56B6D9D791A



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ - PI
 cmdca-campolargopi@outlook.com

Resolução nº 08/2023.

Divulga o gabarito oficial da prova de conhecimentos do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Campo Largo do Piauí/PI.

A COMISSÃO ESPECIAL (CMDCA) do Município de Campo Largo do Piauí/PI no uso de suas atribuições conferidas pela Resolução nº 02 e conforme Edital nº 01/2023, torna público o gabarito oficial da prova de conhecimentos para o Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar.

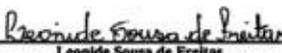
Art. 1º - Divulga o gabarito oficial:

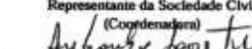
QUESTÕES	GABARITO
01	B
02	B
03	B
04	A
05	A
06	D
07	D
08	C
09	C
10	A
11	B
12	A
13	B
14	C
15	E
16	B
17	A
18	D
19	B
20	D

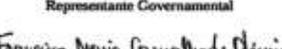
Art. 2º - Esta Resolução entra a partir desta data.

Campo Largo do Piauí/PI, 03 de julho de 2023.


 Carla Barros Sampaio
 Representante da Sociedade Civil
 (Coordenadora)


 Leonide Sousa de Freitas
 Representante Governamental


 Anne Karolyne Soares Teles
 Representante Governamental


 Francisca Maria Carvalho de Oliveira
 Representante da Sociedade Civil



ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR
 GABINETE DO PREFEITO



Id:05D4F56B6D9D76D3

LEI Nº07/2023

Campo Maior-PI, 29 de Junho de 2023

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2024 e dá outras providências.

Prefeito do Município de Campo Maior, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei;

Faço saber que a Câmara Municipal de Campo Maior-PI aprovou, eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei estabelece as diretrizes gerais para elaboração e execução do Orçamento do Município de Campo Maior, Estado do Piauí, para o Exercício Financeiro de 2024.

Art. 2º. Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Campo Maior - PI, para o Exercício Financeiro de 2024, nos termos do Art. 165, § 2º da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município, da Lei nº 4.320/64, e nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000, compreendendo:

- I. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II. As diretrizes gerais e específicas para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- III. A organização e estrutura dos orçamentos;
- IV. Disposições relativas à Dívida Municipal e a captação de recursos;
- V. Disposições sobre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social;



ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR
 GABINETE DO PREFEITO



- VI. As disposições relativas as despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII. As disposições sobre alterações tributárias do município e medidas para o incremento da receita, para o exercício correspondente;
- VIII. Orçamento o valor da Receita será igual ao valor da despesa, e integrará a essa Lei o Anexo II de metas Fiscais e o Anexo III de Riscos Fiscais, na forma do Art. 4º da Lei Responsabilidade Fiscal - LRF, elaborados de acordo com a Portaria nº. 375, de 08 de julho de 2020, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Parágrafo Único - Integram, ainda, esta lei o Anexo II que trata das Metas Fiscais e o Anexo III de Riscos Fiscais, de conformidade ao que dispõe os §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 3º. Na elaboração do Orçamento do Município adotar-se-ão as prioridades:

- I - Desenvolver ações com vistas ao incremento da receita, com ênfase ao recadastramento dos imóveis, dos prestadores de serviços, e à administração e execução da dívida ativa, além de investir no aperfeiçoamento, informatização, qualificação da estrutura da administração fazendária na ação educativa sobre o papel do contribuinte-cidadão;
- II - Controlar as despesas, sem prejuízo da prestação de serviços ao cidadão;
- III - Ampliar a capacidade de investimento do Município, através de parcerias com os segmentos econômicos da cidade e de outras esferas de governo e adoção de medidas de combate à inadimplência, à sonegação e à evasão de receitas;
- IV - Ampliar e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população;
- V - Promover um Desenvolvimento Econômico Sustentável, fortalecendo a economia local existente, desenvolvendo e potencializando as vocações próprias, especialmente o Turismo Cultural e Ecológico;

(Continua na próxima página)